

## **SÚMULA DO PARECER TÉCNICO 330/14/IE**

**PROCESSO:** 80/2013  
**INTERESSADO:** Prefeitura Municipal de São José dos Campos  
**ASSUNTO:** Solicitação de Licença Ambiental Prévia – LP para a Implantação da Via Cambuí  
**MUNICÍPIO:** São José dos Campos

### **1. INTRODUÇÃO**

Trata-se da súmula do Parecer Técnico elaborado pelo Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos – IE para subsidiar o licenciamento ambiental prévio da implantação da Via Cambuí, sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de São José dos Campos.

O empreendimento tem como principais objetivos interligar as regiões Sudeste e Leste do município; segregar o tráfego de médio/longo curso e aliviar as demandas de tráfego; propor alternativa de modal para transporte coletivo; e alternativa de transposição da Rodovia Presidente Dutra.

### **2. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO**

A implantação da Via Cambuí contempla a ligação entre as regiões sudeste e leste do município de São José dos Campos, por meio de uma via com 9,0 km de extensão, contendo 7 interligações ao longo do traçado: Interseção 1 - km 0+000, Interseção 2 - km 1+500, Interseção 3 - km 4+100, Interseção 4 - km 5+900, Interseção 5 - km 7+100, Interseção 6 - km 7+900 e Interseção 7 - km 8+800.

Entre as interseções 1 e 3 a via será composta por duas faixas por sentido com canteiro central de 15 metros, e entre as interseções 3 e 7 serão três faixas por sentido com canteiro central de 8 metros. Também é prevista a implantação de ciclovias com sentido duplo. Ainda serão implantadas 6 OAE – Obras de Arte Especiais e 2 pontilhões ao longo do traçado.

Estima-se a contratação de 390 trabalhadores diretos e 214 empregos indiretos. As obras estão previstas para durar 24 meses, ao custo estimado de R\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais).

### **3. COMPATIBILIDADE COM AS LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS**

Em atendimento aos artigos 5º e 10 da Resolução CONAMA nº 237/97, foi apresentada a Certidão de Zoneamento e a Declaração da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, que atestam a compatibilidade do empreendimento com as legislações municipais.

### **4. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS**

**Geração de expectativas da população** – As desapropriações de população e os incômodos gerados pelas obras, que poderão afetar temporariamente moradias, comércio e o tráfego, deverão gerar preocupações e ansiedade da população. Foi proposta a implementação do Programa de Comunicação e Gerenciamento de Desapropriações e Reassentamento. Foi solicitado o detalhamento do programa e elaboração de um Programa de Comunicação Social para a fase de operação do empreendimento.

**Desencadeamento e intensificação de processos de erosão e de assoreamento** – Os serviços de terraplenagem, escavações e atividades iniciais de limpeza do terreno poderão desencadear ou intensificar processos de dinâmica superficial nos terrenos afetados pelas obras. Foram propostas medidas mitigadoras no âmbito dos Programas de Adequação do Projeto Executivo, de Planejamento das Obras, de Adequação dos Procedimentos Construtivos, de Supervisão e Monitoramento Ambiental das Obras e de Gerenciamento de Passivos. Deverá ser apresentado um Subprograma de Prevenção e Controle de Erosão e Assoreamento, o Plano de Ataque de Obras,

além do detalhamento dos programas elencados e do Programa de Gestão Ambiental da Operação.

**Interferências nos recursos hídricos superficiais** – Será necessária a intervenção no Ribeirão Cambuí e seus afluentes em alguns pontos. Foi apresentado pelo empreendedor um estudo hidrológico e hidráulico e medidas visando evitar inundações na Bacia do Cambuí. O Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul se manifestou favoravelmente ao empreendimento, solicitando a inclusão de bacias de captação de chuva e retenção de sedimentos no projeto executivo para a fase de LI. Deverão ser apresentadas as outorgas de implantação e interferência em recursos hídricos emitidas pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE.

**Alteração na qualidade das águas** – Para evitar que as obras de construção dos pilares dos pontilhões, bueiros e corta-rios, além de chuvas durante a terraplenagem e pavimentação contribuam com a alteração da qualidade das águas do entorno é prevista a implantação de drenagens provisórias, adequação de obras com o regime pluvial, controle das travessias de drenagens, elaboração de instruções de controle ambiental das obras, controle de desestabilização do solo e assoreamento das drenagens e monitoramento da qualidade das águas, cujos resultados deverão ser apresentados nos relatórios de acompanhamento das obras.

**Interferências nos recursos hídricos subterrâneos** – Para mitigar os potenciais impactos associados ao rebaixamento localizado do lençol freático e o risco de contaminação durante a fase de obras foram propostas medidas como a minimização de interferências com a malha urbana e o sistema viário local, planejamento e segurança do tráfego durante a construção, implantação de drenagem provisória durante as obras e elaboração de plano de contingência envolvendo acidentes durante as obras.

**Riscos de contaminação por acidentes com produtos perigosos** – Foram apresentadas medidas preventivas e mitigadoras considerando o risco de contaminação do solo e recursos hídricos superficiais e subterrâneos em decorrência de acidentes com produtos perigosos na fase de obras e operação do empreendimento. Para as próximas fases do licenciamento, o interessado deverá adequar as medidas propostas aos moldes do Programa de Gerenciamento de Riscos e Plano de Atendimento a Emergências solicitados pela CETESB.

**Poluição gerada nas áreas de apoio e frentes de obras** – São previstas medidas para o controle da poluição do solo e das águas, no caso de vazamentos de combustíveis ou óleos lubrificantes, que serão detalhadas na fase de LI. Foi informado um volume estimado de corte de cerca de 1.600.000 m<sup>3</sup> a ser utilizado nos aterros da própria obra, e a necessidade de 300.000 m<sup>3</sup> de material de empréstimo e bota-fora de cerca de 500.000 m<sup>3</sup>.

**Perda de vegetação nativa e intervenções em APPs** – O empreendimento está inserido em área de domínio da Mata Atlântica em Zona de Contato (transição) entre os biomas Mata Atlântica e Cerrado. É prevista a supressão de cerca de 26 ha de vegetação nativa, sendo 16 ha em estágio inicial de regeneração de Floresta Estacional Semidecidual. Foi solicitada a apresentação do Subprograma de Controle de Intervenção em APPs e Supressão de Vegetação Nativa agrupando as medidas propostas.

**Perda de habitats e impactos sobre a fauna** – Foram realizadas campanhas de levantamento de fauna silvestre na AID incluindo mastofauna, herpetofauna e avifauna, na qual foram registradas espécies generalistas em sua maioria, mas também táxons endêmicos e/ou ameaçados de extinção. Os principais efeitos das obras sobre a fauna é o afugentamento e a perturbação de espécies de animais silvestres presentes na área de intervenção e vizinhança, além do risco de atropelamentos. Foi solicitada a apresentação de um Subprograma de Monitoramento e Salvaguarda de Fauna, e a adequação das travessias e retificação do Ribeirão Cambuí e seus afluentes para passagem de fauna.

**Interferências na Biota Aquática** – A biota aquática poderá ser afetada pela alteração da qualidade da água durante a implantação do empreendimento, sendo que as potenciais interferências serão limitadas aos trechos de influência direta das obras sobre cruzamentos com cursos d'água, especialmente nos locais de construção dos pilares dos pontilhões projetados para a travessia do ribeirão Cambuí. Foram apresentadas medidas mitigadoras relacionadas à proteção dos corpos d'água e sistemas de drenagem para a fase de construção.

**Interferência em Unidades de Conservação e outras áreas protegidas** – O empreendimento está inserido na Área de Proteção Ambiental – APA Mananciais do Rio Paraíba do Sul. O ICMBIO se manifestou favoravelmente à implantação, com condicionantes específicas.

**Interferências em áreas contaminadas** – Foi identificado um estabelecimento cadastrado como área contaminada que se encontra em processo de monitoramento para encerramento do passivo, localizado em área a ser atravessada por obra de arte especial. Para a próxima fase do licenciamento foram solicitados estudos adicionais visando a identificação e proposição de medidas para todas as áreas potenciais, suspeitas ou contaminadas na área de influência direta do empreendimento, além das constantes do cadastro da CETESB.

**Interferências sobre áreas com concessões de direitos minerários** – Foram identificados dois processos minerários ativos na região do empreendimento, sendo que apenas um possui interferência direta na Via, em situação de disponibilidade. Foi proposta a realização de tratativas com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para exclusão dessas áreas de interferência.

**Interferências no sistema viário durante as obras** – As atividades envolvidas na obra afetarão alguns dispositivos viários transversais em função de interrupções e desvios temporários. Para mitigar os impactos é prevista a elaboração de projetos de desvios e travessias provisórias, controle operacional de desvios provisórios e planejamento de segurança do tráfego durante a construção. Foi solicitado o detalhamento das medidas apresentadas e as anuências dos órgãos municipais de trânsito quanto ao Plano de Tráfego e desvios e interrupções temporárias e permanentes.

**Mobilização e desmobilização de mão de obra** – Foi proposta a contratação de mão de obra da All do empreendimento, para evitar sobrecargas na infraestrutura local durante as obras. Foi solicitada a implementação de um Programa de Mobilização e Desmobilização de Mão de Obra.

**Desapropriação e relocação de população e equipamentos sociais** – É prevista a desapropriação de 70 edificações, sendo 69 residenciais e 1 comercial. Foi proposto o Plano de Gerenciamento de Desapropriações e Indenizações e o Plano de Gerenciamento de Compensação Social e Reassentamento Involuntário. Deverá ser apresentado o Decreto de Utilidade Pública – DUP, acordos firmados, imissões na posse, mapa retrográfico demonstrando o andamento das desapropriações entre outros.

**Interferências sobre infraestruturas** – A Via Cambuí irá interceptar 27 infraestruturas, entre elas adutoras, linhas de transmissão elétrica, tubulação de gás, etc. Foi solicitada a apresentação de alternativas técnicas para minimizar as interferências.

**Interferências nas relações sociais e fluxos entre bairros** – Estão projetadas 7 interseções ao longo do traçado. Foram propostas medidas como a previsão de transposições pelas redes de utilidade pública, minimização de interferências com a malha urbana e o sistema viário local, comunicação social durante a construção etc.

**Incômodos à população lindeira** – Desvios provisórios, interrupções no tráfego, possibilidade de interrupções no fornecimento de serviços públicos e emissões atmosféricas poderão gerar incômodos à população lindeira. Foi proposto o controle dos ruídos e restrições de horário, gestão sobre interferências em usos lindeiros entre outros.

**Interferências sobre o Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural** – Conforme o Diagnóstico Arqueológico realizado não foram localizados Bens Móveis e Imóveis inscritos no Livro de Tombos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. No Portal de Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo foram identificados dois bens tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – CONDEPHAAT, e em âmbito municipal há quatro imóveis protegidos por legislações específicas. Ressaltou-se, entretanto, que o empreendimento não irá interferir nesses bens. Foi proposto um Programa de Prospeção e Resgate Arqueológico.

**Aumento das áreas impermeabilizadas** – O Estudo Hidrológico e Hidráulico elaborado contemplou a avaliação dos impactos na bacia do córrego Cambuí decorrentes da implantação do empreendimento e da expansão urbana conforme previsto no Plano Diretor do município. A área a ser impermeabilizada pela Via Cambuí percentualmente é muito baixa e foram propostas medidas

referentes ao planejamento e gerenciamento do sistema de drenagem do empreendimento e à recuperação da cobertura vegetal, com a manutenção de áreas permeáveis adjacentes aos locais impermeabilizados. A prefeitura prevê ainda a elaboração de novo Plano de Macrodrenagem, contemplando a Via Cambuí e a expansão urbana nessa área.

**Alteração da Qualidade do Ar** – Segundo o estudo, a Via Cambuí não induzirá alteração significativa dos níveis de carregamento de tráfego na região, uma vez que proporcionará melhoria no nível de serviço e redução do volume total de emissões de poluentes de fonte móvel. No entanto, a médio e longo prazo a via deverá induzir indiretamente a circulação de mais veículos devido ao desenvolvimento regional. Foi proposta medida para Acompanhamento dos Resultados do Monitoramento de Qualidade do Ar, para acompanhamento das variações de emissões atmosféricas.

**Aumento dos níveis de ruído** – Foram propostas medidas para mitigar os incômodos gerados pelos ruídos, como o Monitoramento de Ruído Durante a Operação do Empreendimento, que prevê campanhas de medição de ruído com a via em operação, e Manutenção da Forração Vegetal e Paisagismo, proporcionando certa atenuação dos níveis de ruído. Foi solicitada a revisão do estudo de previsão de níveis de ruídos e a realização de campanhas de medição antes e durante a operação do empreendimento.

## **5. CONCLUSÃO**

Considerando que se trata de obra de utilidade pública, e que os impactos ambientais poderão ser mitigados com a devida implementação dos Programas Ambientais propostos e solicitados no Parecer Técnico 330/14/IE, a equipe do Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos conclui que o empreendimento é ambientalmente viável, submetendo ao CONSEMA para apreciação e deliberação sobre a emissão da Licença Ambiental Prévia da implantação da Via Cambuí, sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de São José dos Campos.

São Paulo, 03 de outubro de 2014.

**ORIGINAL DEVIDAMENTE ASSINADO**

**ANA CRISTINA PASINI DA COSTA**

Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental  
Diretora